



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação - FE
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola
Nacional de Socioeducação - ENS

**Tramas da vida psicoemocional de adolescentes e adolescentes trans
internas: um estudo “de dentro e de perto” do Centro Socioeducativo de
Internação Feminina de Manaus, Amazonas**

JAQUELINE NOGUEIRA DA SILVA

Brasília, 2022



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação - FE
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola
Nacional de Socioeducação - ENS

Tramas da vida psicoemocional de adolescentes e adolescentes trans internas: um estudo “de dentro e de perto” do Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus, Amazonas

Jaqueline Nogueira da Silva

Trabalho de conclusão do Curso de
Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao
Adolescente.

Orientador: Potyguara Alencar dos Santos.

Brasília, 2022

Ata de Avaliação

Resumo

Este capítulo visa sistematizar e analisar três relatos das experiências de internas nos atendimentos psicossociais realizados com adolescentes do sexo feminino e com aquelas autodeclaradas trans (transgênero), no Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus, Amazonas. A pesquisa trata-se de uma investigação de caráter quantitativo-discursiva desenvolvida a partir de observações contextuais e das leituras das experiências vivenciadas e refletidas no período de novembro de 2020 a janeiro de 2022 pelas internas. Ao interesse da pesquisa, destacaram-se três casuísticas biográficas na forma de “trajetórias de vida” que foram ouvidas e intercruzadas com a trajetória institucional e com os relatos “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002) da pesquisadora. O instrumental utilizado para a juntada dos dados foi o questionário semiestruturado e a leitura dos conteúdos dos prontuários das internas.

Palavras-chave: adolescentes; mulheres e mulheres trans encarceradas; privação de liberdade; tramas psicoemocionais.

SUMÁRIO

Introdução.....	6
Metodologia	8
Levantamento, Análise e Resultado.....	10
Conclusão.....	18
Referências.....	22

Lista de ilustrações

Quadro 01 – Perfil das internas acolhidas pelo Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus, Amazonas	12
---	----

Lista de abreviaturas, siglas e símbolos

APA - American Psychiatric Association.

CAPSI - Centros de Atenção Psicossocial.

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

SEJUSC - Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania.

UnB - Universidade de Brasília.

Introdução

O presente estudo visa sistematizar e analisar três relatos das experiências de internas nos atendimentos psicossociais realizados com adolescentes do sexo feminino e com aquelas autodeclaradas trans (transgênero), no Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus, Amazonas. Dentre as demandas apresentadas pela população do Centro, tem-se percebido, nos últimos meses, um agravamento do seu quadro emocional, sendo necessárias avaliações psiquiátricas sistemáticas a fim de se confirmar ou não a ocorrência de fenômenos psíquicos graves; essas provocadas, entre outros motivos, pela privação de liberdade.

A pergunta heurística que orientou a pesquisa focaliza a perspectiva das internas como fonte das experiências refletidas: como a população de mulheres e mulheres do segmento transgênero do Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus (AM) vivenciam, em termos emocionais, suas rotinas de internação e suas relações sociais com a instituição? E como podemos reduzir dessas suas trajetórias de vida os motivos para o fenômeno da piora das suas saúdes mentais?

Trata-se de uma investigação de caráter quantitativo-discursiva desenvolvida a partir de observações contextuais e das leituras das experiências vivenciadas e refletidas no período de novembro de 2020 a janeiro de 2022 pelas internas, por meio dos seus prontuários de atendimento. Ao interesse da pesquisa, destacaram-se três casuísticas biográficas na forma de “trajetórias de vida” que foram ouvidas e inter cruzadas com a trajetória institucional e com os relatos “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002) da pesquisadora; essa própria uma agente gestora do Centro.

Para a juntada dos dados, será utilizado um questionário semiestruturado a ser apreciado dialogicamente pelos agentes sociais e construída um quadro sistematizado com as avaliações gerais da saúde mental das internas feitas pelos profissionais. O instrumento quadro servirá à produção de asserções analíticas sobre o contexto mais amplo das trajetórias atendidas pelo Centro, assim como para comparar as relevâncias discursivas dadas pela narrativa clínica dos profissionais e pelas construções simbólicas das internas.

A pesquisa foi realizada no Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus (AM), através dos relatos das trajetórias pessoais e dos prontuários das adolescentes que adentraram na unidade no período de novembro de 2020 a janeiro de 2022. Atualmente, o Centro é coordenado pela Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC). A instituição possui capacidade para 20 vagas para adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, sendo três de medida provisória, cinco de medida de semiliberdade e doze de medida de internação. A equipe multiprofissional é composta por assistente social, psicóloga, pedagoga, técnica de enfermagem, agentes socioeducativos, assistente administrativo e direção.

A escolha do local se deu pela área de atuação desta autora, que tem função no setor de direção da unidade; local onde tem se deparado com interações sensíveis e com a fragilidade do estado emocional das adolescentes. Por isso, além da análise dos prontuários e sistematização quantitativa e qualitativa das informações, também foi empreendida uma pesquisa que manteve aproximação e troca dialógicas reflexivas com os agentes locais. A maioria delas formada por adolescentes que passaram por audiência e receberam progressão das medidas socioeducativas. A pesquisa também se serviu das trocas de conhecimentos técnicos e sensibilidades socioemocionais da equipe, que sempre reporta ao grupo os desafios institucionais que vivenciam cotidianamente.

O objetivo geral da investigação foi refletir sobre a assistência de saúde mental às adolescentes privadas de liberdade no Centro socioeducativo de Internação Feminina de Manaus, dando escuta tanto às interpretações clínicas produzidas sobre/com elas, quanto às suas próprias formulações discursivas. Como objetivos específicos, o projeto que orientou a pesquisa estabeleceu as metas de: (i.) descrever as demandas relacionadas ao quadro psicológico das adolescentes privadas de liberdade; (ii.) identificar as dificuldades de acesso à rede de saúde mental; (iii.) elaborar um quadro descrito para a amostra geral dos casos existentes naquele contexto, sempre comparando versões clínicas com as narrativas das próprias adolescentes; (iv.) angariar aportes empírico-analíticos que justifiquem a premente necessidade de criação de grupos terapêuticos no interior da própria unidade.

Os referenciais teórico-metodológicos que conduziram a pesquisa se basearam nos estudos que consolidam iniciativas de investigação dialógicas e desenvolvidas com base na observação direta e participante, privilegiando um olhar heurístico e metodológico que Magnani (2002, p. 12) chama de “de dentro e de perto”, ou seja, uma abordagem que intercruza, de forma intersubjetiva e aplicada, os planos de vivência do pesquisador com aqueles do segmento populacional acompanhado por ele.

Para a consideração da vida socioemocional que contorna as experiências das internas, serão analisados os manuais analíticos que delineiam perfis clínicos e casuísticos comuns entre esse segmento populacional, como os trabalhos de Dalgarrondo (2008), assim como consideradas as pesquisas sociais desenvolvidas recentemente com mulheres em situação de encarceramento e internação, como os trabalhos de Santos e Silva (2019) e Santos e Rezende (2020).

O que a literatura teórica e etnográfica sobre o fenômeno do encarceramento feminino tem observado é o universo das especificidades dos *marcadores sociais das diferença* e das *tecnologia sociais íntimas* que enquadram esses corpos femininos e suas histórias. Como fazem observar autores como Santos e Silva (2019):

[...] tendo sua imagem convertida a um estigma de transgressora e, portanto, passível de privações que ultrapassam as determinações do âmbito jurídico, a mulher encarcerada passa a servir como o sujeito a quem são direcionadas discriminações e abandono, sem que haja uma investigação acerca do atravessamento de forças que a mesma está sendo marcada, ou seja, o que fundamentam as formas de tratamento e demais práticas que lhes são destinadas. Como efeito disso, pode-se apontar o afastamento de familiares e, principalmente companheiros, quando as mulheres ingressam no sistema carcerário (SANTOS e SILVA, 2019, p. 461-462).

Autores como Santos e Resende (2020) têm investidos em pesquisas com arcabouços mais críticos sobre as modelações das políticas e dispositivos de poder envolvidos no encarceramento feminino. Segundo eles, o aumento vertiginoso da população carcerária de mulheres nas últimas décadas tem demandado a promoção de uma debate que releve os “marcadores de gênero e de origem dessas mulheres”, permitindo que o perfil socioassistencial legado a elas seja flexibilizado às condições que demandam o segmento:

O crescimento desta população encarcerada suscita a necessidade do debate acerca da questão de gênero. Sua inserção na agenda governamental brasileira deu-se em resposta à atuação dos movimentos feministas e sob influência de organismos internacionais [...]. No entanto, o atendimento disponibilizado na prisão às mulheres encarceradas é praticamente o mesmo destinado aos homens, não contemplando suas particularidades – há um tratamento indiferente que torna o processo de ressocialização de mulheres apenas ainda mais complexo [...] (SANTOS e RESENDE, p. 2020, p. 584).

No aspecto da população trans que vive em situação de encarceramento, a literatura especializada nessas casuísticas vem reforçando a ampliação lenta mais continuada dos direitos que as assistem em suas especificidades, mas também o aspecto da “incompreensão” do sistema em relação ao universo social que envolve seus corpos, suas tomadas de decisão e suas trajetórias de encarceramento.

A privação da liberdade para travestis e transexuais pode tornar-se mais que um ambiente para cumprimento de pena, quando se transforma em um local de violências constantes à integridade sexual, física, psicológica, entre outras, gerando consequências significativas para a estética e, principalmente, para a identidade de gênero do indivíduo (SANTOS, 2019, p. 9).

Para tratar desse universo singular, antropólogos como Don Kulick (2013) falam em uma *cultura da subalternização* produzida pela exclusão programada e pela conseqüente aproximação desses agentes de interações que as tornam vulneráveis, fazendo da violência um dado comum, tanto fora quanto dentro dos contextos de detenção. Como um dos relatos expostos por este capítulo fará provar, suas constituições socioemocionais se forjam, quase sempre, no interior de ambientes convivenciais domésticos e da rua em que a violência é rotinizada e os seus destinos sofrem inscrições trágicas.

No geral, e apesar das singularidades constitutivas de cada grupo (o de mulheres e o de mulheres trans), o que se nota é um esforço para parametrizar as medias socioassistenciais de acolhimento dessas mulheres dentro das unidades socioeducativas. Assim, do ponto de vista jurídico e dos dispositivos de poder, alguns autores e autoras que pensam a realidade do encarceramento de mulheres e mulheres trans (SANTOS, 2019; SANTOS e RESENDE, 2020; SANTOS e SILVA, 2019) parecem concordar que a adoção

de medidas normativas de acolhimento humanitário desses segmentos não podem obliterar o exercício de outras sensibilidades assistenciais que olhem para as suas trajetórias socioemocionais; produzindo com elas um tipo de escuta de demandas que melhor se adapte às suas disposições individuais.

É seguindo um entendimento que se elide ao desses autores que este artigo investe na categoria de “*tramas psicoemocionais*” informado pelo título desta proposta. Com ela, busca-se descrever os meandros em que estão envolvidas as trajetórias progressas e contemporâneas às vivências com o encarceramento por parte dessas mulheres. Reconhecer esses meandros psicoemocionais é reinserir os relatos sobre as experiências de encarceramento dessa população dentro de um possível quadro singular de intervenção sobre as suas vidas; não apenas para fazer jus às novas sensibilidades legais e técnicas que assistem, mas para, de fato, compor com os “traços” biográficos que marcam suas constituições, produzindo uma política menos tecnicista, e mais aliada às experiência dos assistidos.

Metodologia

O início do presente estudo se deu com a observação nas fragilidades sociemocionais das adolescentes privadas de liberdade, bem como a deficiência dos atendimentos na rede de saúde mental na cidade de Manaus, Amazonas. Também visa sistematizar e analisar três relatos das experiências concentradas de internas nos atendimentos psicossociais realizados com adolescentes do sexo feminino e com aquelas autodeclaradas trans (transgênero), no Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus, Amazonas.

A pergunta heurística que orientou a pesquisa focaliza a perspectiva das internas como fonte das experiências refletidas: como a população de mulheres e mulheres do segmento transgênero do Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus (AM) manifestam, em termos emocionais, suas rotinas de internação e suas relações sociais com a instituição? E como podemos reduzir dessas suas trajetórias de vida os motivos para o fenômeno da piora das suas saúdes mentais?

Ainda no que diz respeito à sua orientação metodológica, a pesquisa de resultados aqui expostos partiu do proveito das experiências institucionais da autora; que, hoje, atua como diretora do Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus, Amazonas. Poder contar com tais experiência significa dar investimento a uma pesquisa que, metodologicamente, é feita de estranhamento de contextos institucionais, a fim de provocar reaproximações analíticas dessas mesmas realidades.

Nesse sentido, ser parte componente de um universo profissional não impede a realização de pesquisas embasadas em orientações críticas e avaliativas das suas disposições administrativas internas. Pelo contrário, ser parte integrante da realidade investigada dá oportunidade de uma metodologia baseada no privilégio metodológico do olhar que Magnani (2002) chama de “perto e de dentro”, que é feito tanto do distanciamento programado do autor da realidade em que vive, quanto da sua reimersão analítica e crítica dentro do mesmo. Em regra e em sua real essência, o que tal sensibilidade metodológica prega é “que um olhar de perto e de dentro seja feito a partir dos arranjos dos próprios atores sociais” (MAGNANI, 2002, p. 18) com o qual se traça o percurso heurístico da pesquisa. Assim, um “olhar analítico para e sobre a instituição” não deve ser tomado de forma distanciada das apercepções sociais e emocionais da população de mulheres encarceradas e dos profissionais que as assistem dentro daquela mesma instituição, de modo que “instituição e biografia” conformem campos significacionais que se entrecruzem quando na produção dos seus relatos.

Como instrumental da coleta de dados foi utilizado um questionário semiestruturado a ser apreciado dialogicamente pelos agentes sociais e construída uma planilha com as avaliações gerais da saúde mental das internas feitas pelos profissionais. O instrumento da planilha serviu à produção de asserções analíticas sobre o contexto mais amplo das trajetórias atendidas pelo Centro, assim como para comparar as relevâncias discursivas dadas pela narrativa clínica dos profissionais e pelas construções simbólicas das internas.. O levantamento coletado será de suma importância para seguir com a construção desse trabalho, a qual contribuirá para resolução de problemáticas comuns àquele universo.

Quando foi estabelecido que a pesquisa fosse realizada no Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus (AM), através dos relatos das trajetórias pessoais e dos prontuários das adolescentes que adentraram na unidade no período novembro de 2020 a janeiro de 2022, visava-se o fato de que aquela era a expertise e o local de atuação desta autora, que tem função no setor de coordenação da unidade; local onde tem se deparado com interações sensíveis e com a fragilidade do estado emocional das adolescentes. Por isso, além da análise dos prontuários e tabulação quantitativa e qualitativa das informações, também foi empreendida uma pesquisa que manteve aproximação e troca dialógicas reflexivas com os agentes profissionais locais.

No decorrer da pesquisa essa autora cumprirá exigências éticas e científicas fundamentais, como o consentimento livre e esclarecido das adolescentes/responsável legal, assegurando a proteção dos grupos vulneráveis e dos legalmente incapazes.

Levantamento, Análise e Resultado

Esta pesquisa centra seu esforço analítico em torno de três relatos clínicos das experiências de internas que passaram pelas etapas dos atendimentos psicossociais. A elaboração deste quadro descritivo servirá para a amostra geral dos casos acolhidos pelo contexto institucional do Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus, Amazonas:

Quadro 01 – Perfil das internas acolhidas pelo Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus, Amazonas.

Nome	Idade	Ato infracional	Tempo de privação	Sintomas depressivos	Faz uso de medicação psicoativos
K.P.D.S.	17	HOMICIDIO	326 dias	Sim	Sim

R. F.D.S.	15	TRAFICO DE DROGAS	84 dias	Não	NÃO
B.S.C.	17	ROUBO MAJORADO	312 DIAS	SIM	SIM
M.C.L.	18	ROUBO MAJORADO	299 DIAS	NÃO	NÃO
V.S.S.	19	LATROCINIO	620 DIAS	SIM	SIM
S.N.S.	17	ROUBO MAJORADDO	272 DIAS	NÃO	NÃO
D.S.S.B.	18	ESTRUPO DE VULNERAVEL	676 DIAS	SIM	SIM
F.O.A.J	19	LATROCINIO	420 DIAS	SIM	SIM
B.S.S.	17	HOMICIDIO	199 DIAS	SIM	SIM

Fonte: Prontuários das internas do Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus, Amazonas

Tais atores sociais são oito adolescentes do sexo feminino e duas autodeclaradas trans (transgênero) que estão integradas ao Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus. Para o recolhimento de tais relatos, foram analisados 10 (dez) prontuários de adolescentes que adentraram a unidade no período de novembro/2020 a Janeiro/2022. Após análise dos dados podemos perceber o desenvolvimento de quadros de adoecimento mental causado pela privação de liberdade.

Quando as adolescentes adentram à unidade passam por um período de adaptação, período este que dura quinze dias em média. No decorrer desses dias podemos então perceber alguns fatores que desencadeiam o agravo dos

sintomas observados, como a crise de abstinência, quando o organismo sente ausência de substância ilícita apresentando reações físicas e psicológicas, o sentimento de revolta por conta da privação de liberdade, alucinação, delírios, episódios de tentativa de suicídio; esses influenciados, principalmente, pela retirada abrupta do contexto ao qual estava inserida e ausência da convivência familiar.

É notório que o fato da adolescente estar em privação de liberdade pela primeira vez torna o agravo desses sintomas mais evidente e persistente. Já as que tiveram privadas de liberdade anteriormente demonstram ter um período de adaptação com menos sintomas aparentes, com exceção da crise de abstinência que se torna bastante evidenciada na maioria da população reincidente.

Durante esses dias que correspondem ao período de adaptação, principalmente nos primeiros, é comum a necessidade de uma intervenção psiquiátrica, seja pela crise de abstinência evidente e/ou pelos episódios de tentativa de suicídio. Nessas situações, as adolescentes são atendidas no hospital de referência para atendimento psiquiátrico de urgência. As mesmas são medicadas e encaminhadas aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPSi), para dar continuidade ao tratamento durante o período em que estiverem na unidade e são orientadas, quando necessário, no momento da desinternação ou no cumprimento da medida de semiliberdade.

A seguir exploramos os conteúdos de três relatos que contam, de forma sucinta, alguns fatos das trajetórias progressas das internas e do desenvolvimento dos seus quadros de adoecimento, antes e após a encarceramento. Isso que chamamos de “relatos” são narrativas clínicas onde se entrecruzam ao menos três fontes de experiências: as experiências das internas – quando as manifestam narrativamente para os profissionais que lhes prestam assistência psicossocial –, as experiências das próprias profissionais (psicólogos e psiquiatras), em suas lidas com essas internas, e, de forma terciária, as experiências desta própria autora; que além de acompanhar de perto o conjunto desses casos, também tem elaborada discussões analíticas sobre os fatores causais para a conformação psicoemocional dessas adolescentes no primeiro e no segundo encarceramento.

Relato 01:

O percurso socioeducativo da jovem D. S..S. B., 18 anos, é um caso atípico dentro das unidades socioeducativas do Amazonas. Ela possui 15 processos no Juizado da Infância e Juventude Infracional, devido ao temperamento explosivo da jovem, comportamentos opositivos, por várias vezes houve a necessidade da equipe das instituições conduzi-la para a Delegacia Especializada culminando em registro do boletim de ocorrência, posteriormente gerado processo judicial, na sua maioria desacato a autoridade, A jovem convive em acolhimento institucional desde os dois anos de idade, sendo a primogênita da prole de quatro filhos. Sua genitora faleceu quando ela ainda era criança, e cada irmão ficou em abrigo diferente, devido não saberem a identidade paterna, foram entregues aos cuidados institucionais.

Encontra-se em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade desde o dia 06 de fevereiro de 2021. Conforme decisão judicial, ele deve permanecer na unidade aos finais de semana por não ter referência familiar. Atualmente seus irmãos residem com famílias acolhedoras. Com aqueles, ela mantém contato através de ligações de vídeo e de visitas que são feitas uma vez ao mês, com objetivos de fortalecer e preservar os vínculos afetivos e familiares. Os relatórios individuais descrevem que a jovem apresenta uma oscilação intensa de humor. Sua saúde mental foi afetada pela privação de liberdade. Ela demonstra preocupação constante com seu futuro, pensa como deverá ser sua moradia e subsistência após sua futura saída do sistema socioeducativo. Tais expectativas desencadeiam crises de ansiedade, que são trabalhadas em atendimento psicológico intensamente, assim como os temas do controle de impulsos, sentimentos, relacionamentos, família, perspectivas futuras, educação, profissionalização, amizades, apego e demandas pessoais.

A jovem faz tratamento psiquiátrico com uso de medicações desde os cinco anos. Da adolescência até o presente momento, também é acompanhada por meio de psicoterapia. Contudo, tais assistências não parecem ser suficientes para o equilíbrio emocional da referida, embora seu quadro apresenta significativa evolução. A jovem mantém bom convívio com as outras adolescentes e com a equipe, com episódios isolados de descumprimento de regras. Estando em sua maioria adaptada à rotina e as

normas do centro socioeducativo. Nota-se que a jovem evoluiu muito desde o início do cumprimento da medida socioeducativa, apresentando atualmente certa estagnação em seu perfil socio psíquico por razão das poucas expectativas que antever para a sua vida futura.

O caso em tela nos traz uma reflexão sobre os paradoxos e desafios que envolvem – segundo as tipificações para o contexto institucional observado por alguns autores –, de um lado, as “condições clínicas de atendimento oferecidas” (considerando todo o esforço profissional) e, do outro, as “condições reais de vida das adolescentes” que são atendidas pelas redes socioassistenciais (SANTOS, 2019; SANTOS e RESENDE, 2020).

A pergunta sobressalente a tal paradoxo é suscita a seguinte pergunta e desafio: como desenvolver trabalhos de assistência psíquica adequados em contextos onde são flagrantes os ressentimentos pela condição de privação de liberdade e, principalmente, pelas recorrentes questões de vulnerabilidade social e falta de oportunidade nos serviços para cumprimento das medidas em meio aberto? Questionamentos como esses envolvem o universo das “interações simbólicas” (KULICK, 2013) que aproximam as expectativas das atendidas e das profissionais. Entender esse campo emocional envolvente é fundamental para se avaliar as condições das políticas sociais que atendem essas jovens durante e após as medidas socioeducativas que enfrentam. Compreende-se que a efetividade do acompanhamento psíquico só se completa quando condições sociais presentes e futura de reprodução das vidas dessas jovens também são garantidas.

Somado a isso, nesse relato específico, tem como agravante o histórico institucional da jovem. A mesma recebeu durante sua trajetória de institucionalização atendimento psiquiátrico e psicológico adequado. Atendimento este que pudesse oferecer condições para seu desenvolvimento emocional saudável, dando-lhe um suporte para desenvolver sua maturidade, inteligência emocional e consciência. Uma vez que o suporte familiar não existiu e o papel familiar foi exercido pelas pessoas que a mesma elencou como de referência e com as quais desenvolveu vínculos.

Tal situação é capaz de gerar um sentimento de abandono, perda e insegurança que se refletirão na vida adulta, dificultando a construção de um sujeito emocionalmente estável e das representações de si e do mundo,

prejudicando as relações futuras e conseqüentemente causando danos emocionais e à saúde mental.

Diante de tal realidade em que laços sociais são fragmentados e/ou perdidos ao longo do curso de vida, cabe à equipe técnica formada por psicólogos e assistentes sociais investir no esforço não apenas de prover atendimento clínico e assistencial focalizado sobre os sujeitos, mas também tentar restaurar – em menor ou maior proporção – alguns dos vínculos sócioafetivos que foram perdidos ao longo das trajetórias de vida das adolescentes. É notável que acompanhamentos clínicos que reconstroem redes de amparo emocional entre o corpo técnico, a interna e a sua família têm mais sucesso do ponto de vista da saúde mental dessas jovens, durante e após suas estadas no período do encarceramento. Um dos relatos que apresentaremos na sequência surge como prova de tal realidade.

Relato 02:

F.O.A.J., 19 anos, foi sentenciada em março de 2020, entretanto, iniciou cumprimento da medida de internação – está baseada no Art. 112- IV do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – somente em novembro de 2020; tendo sido acolhida pelo centro socioeducativo de internação feminina, após se auto declarar transgênero. Ao iniciar o cumprimento da medida socioeducativa, a relação com os pais não era boa, sua educação e a construção dos laços afetivos sempre foram de responsabilidade da avó paterna, falecida. A equipe técnica passou a lhe prover apoio para o resgate da convivência e do afeto familiares. Após as intervenções da equipe junto aos genitores, os vínculos familiares e a convivência com os pais foi retomada.

No percurso da medida de internação, houve diversos episódios de comportamento opositivo, irritabilidade, sentimento de despeito, agressão verbal com as demais adolescentes devido ao seu porte físico associado à masculinidade; queria transmitir domínio nas atividades diárias da unidade. Ao iniciar os atendimentos psicológicos, a jovem apresentava comportamento desrespeitoso, linguagem vulgar, que ela mesma associava às vivências pregressas; segundo a mesma, desde os 12 anos fugia de casa para namorar com outros adolescentes. Por vezes, prostituía-se e abusava do consumo de

bebidas alcoólicas e de substâncias ilícitas. Ao se deparar privada de liberdade, externava sentimento de revolta; mesmo diante das intervenções técnicas, havia momentos que a jovem demonstrava incapacidade de administrar impulsos raivosos, apresentando manifestações agressivas desproporcionais às situações cotidianas.

Diante das demandas apresentadas, houve a necessidade de avaliação psiquiátrica, com prescrição de tratamento medicamentoso. Após alguns dias a jovem conseguiu reestabelecer uma forma saudável de convivência em comunidade com as demais adolescentes internas da unidade; ainda assim a equipe trabalhou incessantemente para resolução das demandas trazidas pela jovem. Ela referida permaneceu em acolhimento institucional por 11 meses, obtendo progressão de medida socioeducativa para semiliberdade, passando a residir com a família paterna, pai, madrasta e irmãs. Assim, a convivência familiar foi restabelecida, havendo o resgate dos vínculos e o sentimento de pertença familiar. O genitor demonstrava apoio à filha dentro de suas possibilidades e acompanha o cumprimento da medida socioeducativa.

Referente ao comportamento da jovem em convivência familiar e comunitária, a mesma demonstra evolução, segundo os relatos dos prontuários. Encontrava-se, segundo relatos paternos, disciplinada, respeitando às regras domésticas e comprometida com os estudos.

De forma satisfatória, as intervenções técnicas trabalhadas com a jovem, e que estavam relacionadas às regras, normas, responsabilidade, importância da educação, perspectivas de futuro, autoestima, emoções, relacionamentos e saúde, resultaram em resultados salutaros. Tais intervenções tiveram êxito no que se refere à mudança de comportamento da mesma, principalmente no aspecto comportamental e de interesse pela continuidade da educação formal. Haja vista que o interesse educacional da jovem é notório, assim como sua evolução comportamental e responsabilização. Ainda há questões a serem intensificadas, porém, a jovem está integrada socialmente com a retomada ao convívio familiar e o fortalecimento desses vínculos, além de não ter reincidido em práticas infracionais.

Para o caso dessa jovem, a socialização ao universo familiar parecer ter sido definitivo às disposições que os prontuários de atendimento apresentam. Algo bem diferente confrontamos com o caso anterior, em que a jovem –

desamparada de quaisquer laços familiares –se perguntava e se frustrava com a falta de expectativas de acolhimento social para o seu futuro. Nota-se que para a efetividade dos tratamentos cedidos pelos centros, as interações simbólicas familiares podem ser definidoras para a clínica bem sucedida administrada com elas.

Mas para o caso daquelas que perderam ou que não conseguem reaver a convivência com as suas famílias, qual deve ser a postura assistencial do corpo técnico? Tal pergunta – que mexe em sensibilidades e padrões culturais caros à sociedade e às suas tradições – ao escapar aos desafios que se afirmam aos profissionais. Da mesma forma, questões como essas podem levar os profissionais – principalmente os psicólogos – a se perguntarem se a clínica deve ser focalizada somente na pessoa ou no coletivo afetivo que a constitui enquanto pessoa. As experiências dos relatos aqui apresentados fazem provar que o meio assistencial precisa re-imaginar a concepção interpessoal do indivíduo moderno, passando a enquadrar as construções sociais da “pessoa” de forma sempre múltipla e “*dividual*”, e não apenas individual. Por *dividual*, com base em Strathern (2008), tratamos da formação do indivíduo que é sempre “*dividida*”: ser indivíduo é estar distribuído as relações que me conformam enquanto tal. Assim, não posso tratar da vida de uma jovem, sem ter as condições de abarcar o campo relacional que a constitui. E o que fazer quando indivíduos estão nucleados em suas condições individuais? Qual o trabalho de reintegração social possível de ser realizado? Eis o desafios colocados pela primeira casuística aqui relatada.

Relato 03:

A.M.S., 16 anos, adentrou a unidade socioeducativa em fevereiro de 2021. Com decisão judicial proferida, estava sendo acusada do homicídio qualificado de seu genitor; fato este confirmado após conclusão da investigação policial. Uma adolescente muito retraída e de poucas palavras. Certa vez, expressou para sua genitora o desejo de “ceifar sua própria vida, porque já estava tudo perdido” (SIC). Diante da informação, os cuidados da equipe multidisciplinar e de monitores foi ajustado ao seu caso.

Com o passar dos dias, a referida adolescente começou apresentar crises de choro excessivo e ansiedade. Por diversas vezes sofria de alucinações, momentos em que esmurrava a parede a qual imaginava a figura do pai. Mesmo após o início dos atendimentos psicológicos diários, não respondia as intervenções técnicas, necessitando de avaliação psiquiátrica; na ocasião, foi prescrito tratamento medicamentoso e terapêutico. Após inicia do tratamento proposto, a referida adolescente apresentou pouca melhora no quadro emocional, as crises ocorriam com frequência, por vezes houve a necessidade de imobiliza-la, pois a mesma se automutilava, somatizava suas emoções, induzia vomito, dentre outros episódios que faziam perceber o agravo da sua saúde mental.

Retornadas a consulta psiquiátrica, houve a troca das medicações, as quais tiveram resultado esperado, estabilizando o quadro emocional e diminuindo os episódios de ansiedade. Ao termino do prazo dos 45 (quarenta e cinco) dias, a referida foi desinternada. Após 40 dias em domicilio, a adolescente recebeu a sentença do processo, a qual aplicava a medida socioeducativa de internação, fator esse que nos trouxe um intenso trabalho multidisciplinar até o restabelecimento do equilíbrio emocional da jovem.

Quanto ao comportamento da adolescente na unidade, a mesma apresentava boa conduta cumpria regras e normas institucionais, apresenta bom convívio com a equipe e as demais, realizando as atividades que lhe são solicitadas de forma exitosa. Atinente ao contexto sócio familiar, a adolescente é a filha primogênita de um grupo de três irmãs de seus genitores, que estiveram em união estável por 18 anos. Após o ocorrido delito, houve a mudança de endereço; atualmente a genitora e suas filhas residem em casa alugada em bairro diferente daquele onde ocorrera o homicídio

Em setembro de 2021, obteve progressão da Medida Socioeducativa para Semiliberdade Tradicional, conforme Art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA. Retornando ao convívio familiar, conforme relatos da mãe da adolescente, a jovem parecia bem, embora, às vezes, demonstrava medo, pois teme encontrar familiares paternos. Contudo, questões emocionais, tais como: sentimentos, angústias, ansiedade, família, autoestima baixa, independência, insegurança, timidez, culpa, amizades, relacionamentos e demandas pessoais específicas foram trabalhadas em atendimento

psicológico. A mesma continuou o tratamento e o acompanhamento psiquiátrico.

No decorrer dos atendimentos psicológicos, a adolescente verbalizou presenciar desde muito pequena agressões por parte do pai à sua mãe e que por volta dos doze anos as agressões passaram a ser direcionadas a ela também. A adolescente relatou ainda notar olhares sexualizados do pai para ela, e que vivia amedrontada em sua própria residência. O horário próximo ao retorno do genitor, a voz e o som dos passos do mesmo desencadeavam pânico na adolescente supracitada.

Os relatos colhidos e aqui sistematizados dão conta de um universo de interações sócio-simbólicas que demandam a persistência do trato clínico e, principalmente, a flexibilização dos procedimentos assistenciais. Observa-se, no horizonte de todos eles, que os bons resultados em torno do tratamento da qualidade da saúde mental podem surgir das casuísticas mais desafiadoras. Porém, tais resultados demandam a existência de um ambiente técnico que provenha a necessidade de flexibilização das relações de caso-a-caso entre a instituição e as jovens. Necessitando de um olhar apurado e sensível que possa notar que o ciclo da violência doméstica e sexual emana do próprio contexto familiar desta adolescente, com resvalos em todo o curso de vida desses sujeitos. Sendo necessário trabalhar com as mesmas – do ponto de vista clínico e socioassistencial – as peculiaridades da realidade na qual estava inserida sua família e as consequências danosas para a sua trajetória de vida.

Nesse sentido, como já dito antes, o fenômeno da saúde mental dessa população depende, sobremaneira, dos níveis diversos de relacionamentos entre elas, o corpo clínico que presta atendimento e todo o coletivo relacional que deve se integrar e manter interlocuções afetivas com esses outros agentes sociais, a exemplo da família.

Conclusão

Levando em consideração o estudo, buscou-se sistematizar e analisar três relatos das experiências de internas nos atendimentos psicossociais realizados com adolescentes do sexo feminino e com aquelas autodeclaradas trans (transgênero), no Centro Socioeducativo de Internação Feminina de

Manaus, Amazonas. Dentre as demandas apresentadas, percebeu-se, um agravamento quadro emocional de muitas das internas, sendo necessárias avaliações psiquiátricas sistemáticas a fim de se confirmar ou não a ocorrência de afecções psíquicas graves; essas provocadas, entre outros motivos, pela privação de liberdade e pela história de vida pregressa das jovens.

Como os três relatos expostos acima fazem provar, os casos de contravenção em que aquelas interlocutoras estiveram envolvidas refletem a intimidade das suas trajetórias psicossociais. Torna-se, assim, indissociável as suas agências no mundo como sujeitos dos traços emocionais que elas trazem das suas vidas pregressas, principalmente das suas vivências da primeira e da segunda infância. Como consequência, os tratamentos clínicos e assistenciais legados a elas também precisam proceder com essa avaliação profunda de suas histórias pessoais e situacionais, por vezes as inserindo reflexivamente em suas redes afetivas, por outras, ajudando-as a criar distanciamentos dos seus passados traumáticos. A sensibilidade em auxiliar as jovens a produzirem “mergulhos” ou “distanciamentos” em suas histórias, a fim do acompanhamento de seus processos de adoecimento psíquico, deve partir da interpretação casuística das singularidades dos seus traços biográficos; e, claro, da negociação ética com os seus interesses e necessidades particulares.

Como prova a experiência reduzida do contexto institucional do Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus, Amazonas, o desenvolvimento de tais sensibilidades psicoassistenciais ocorre apenas quando se tem uma equipe que tem à disposição condições saudáveis de trabalho e meio técnicos para tanto. Quando no título deste capítulo nos referimos às “tramas da vida psicoemocional de adolescentes e adolescentes trans internas”, queríamos chamar atenção que o corpo de profissionais – e o empenho legado por eles ao atendimento dessas jovens – é condição inclusiva para o tratamento dos processos de adoecimento e de busca por revitalização da dignidade dessas jovens.

Assim, a categoria “trama” assinalada no título diz respeito tanto ao enredamento dessas jovens a passados traumáticos e históricos criminais, quanto a interação dessas memórias e das suas marcas com os psicólogos e psiquiatras que prestam atendimento continuado a elas dentro dos centros socioeducativos. Como observa parte da literatura sobre processos sócio-

psíquicos e orgânicos de adoecimento, não é possível isolarmos o fator causal da doença apenas na reponsabilidades de sujeitos nucleados e auto responsáveis, como prega a ideologia do liberalismo moderno, para a qual o indivíduo (e somente ele) é senhor do seu sucesso ou da infelicidade dos seus destinos. Assim, o encontro com a causa e com o tratamento de certos males tem na própria racionalidade afetiva entre sujeitos (jovens, suas redes familiares e comunitárias e os profissionais especializadas) a saída terapêutica mais adequada (MALUF *et al.*, 2020).

Como também exploram os relatos e suas análises, as interlocutoras de histórias aqui apresentadas também fazem parte do segmento populacional que é identificada por fortes marcadores de gênero: são mulheres e mulheres trans que prescindem de histórias e contextos de violências que estão antes e à frente dos seus atos infracionários. Como observam autores como Don Kulick (2013) – ao mergulhar em universos em que gênero, sexo e práticas ilícitas tocam os seus limites culturais e psíquicos –, é preciso não abordar os seus passados e presentes individuais somente pela linguagem traumática que tais instituições sociais se entremeiam. Apenas uma abordagem dialógica que permita a auto-expressão desses sujeitos marcados por traços de sexo, gênero e o condição social é capaz de nos fazer compreender seus processos de significação do mundo e, ao mesmo tempo, permitir que eles sejam protagonistas do encontro com os seus passados e presentes e com as suas transformações.

Desse modo, para que se possa atingir os objetivos da prática socioeducativa com essas adolescentes, faz-se necessário a ampliação do espaço físico dos centros socioeducativos, construções de mais alojamentos, salas de aula, salas de atendimentos, banheiros, área de lazer e consultórios, bem como a formação de uma equipe multiprofissional bem estruturada, incluindo serviço médico 24 horas (clínico geral e psiquiatra), com profissionais totalmente capacitados. Estabelecendo, assim, uma verdadeira proposta socioeducativa, contando sempre com orientação pedagógica, psicológica, profissionalizante e acompanhamento personalizado aos adolescentes, de acordo com as especificidades de cada uma.

Como pressuposto deontológico básica e regra profissional, é importante não encarar o adolescente culpando-o de ser o responsável por inserir o delito

na sociedade. Nem tampouco de vê-lo somente como vítima, como se fosse um mero reprodutor de condutas. É preciso que a situação seja abordada através das várias “tramas relacionais” de vida do adolescente, proporcionando-lhe possibilidades de transformações em sua trajetória, na de sua família e na comunidade que o cerca.

Portanto, as medidas socioeducativas não são o fim, mas, sim, o meio, para que se possa trabalhar de forma integral o desenvolvimento humano destas adolescentes, buscando orientá-las quanto aos seus direitos e deveres perante a sociedade, para que sejam reintegrados a esse conjunto de maneira que se sintam pertencentes a ele. Para isso, deve-se também contar com o apoio do Estado, usando meios de prevenção, pois a “delinquência juvenil” não encontra resposta no Direito Penal, mas, possivelmente, na disparidade social, na falta de políticas públicas aplicáveis de forma eficaz, capazes de oferecerem oportunidades para crianças e adolescentes encontrarem outro caminho que não seja o cometimento de infrações; buscando ter sempre como pedra angular a dignidade da pessoa humana.

Sendo assim, as medidas socioeducativas fazem parte de toda uma estratégia de políticas públicas que, se isoladas, esvaziam-se em si mesmas. Para que isso não aconteça, devem ser encaradas como uma alternativa de integrar os adolescentes ao meio comunitário em permanente construção.

Diante do exposto, podemos concluir que para se garantir a eficácia das medidas socioeducativas em relação as adolescente autoras de ato infracional, depende-se sobremaneira o de meios que possibilitem uma boa execução das medidas e que forneçam condições para sua reinserção ao meio social. Tudo isso em conjunto com as políticas públicas que lhes garantam alimentação, educação, saúde, cultura, lazer, profissão, essas ainda aliadas ao compromisso de todos que enredam os mundos da vida dessas adolescentes, constituindo seus universos afetivos. O capítulo também deixamos uma reflexão acerca da necessidade de melhorias nos serviços de meio aberto, atualmente não executados em suas totalidades assistenciais, ocasionado uma lacuna entre as medidas em meio fechado e seu retorno para reinserção social.

Referências

APA – American Psychiatric Association. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-IV*. Porto Alegre: Artmed, 1995.

DALGALARRONDO, Paulo. *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Rev. bras. Ci. Soc.*, 17(49), p. 11-29, 2002.

MALUF, Sônia Weidner; SILVA, Érica Quinaglia; SILVA, Marcos Aurélio da. Antropologia da saúde: entre práticas, saberes e políticas. *BIB*, n. 91, 2020, p. 1-38. Disponível em: http://anpocs.com/images/BIB/n91/BIB_0009103_05-02_sonia.pdf.

RUPRECHT, Theo. A saúde mental de crianças e adolescentes piorou na pandemia, alerta UNICEF. Veja, 15 jul. 2019. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/mente-saudavel/saude-mental-de-criancas-e-adolescentes-piorou-na-pandemia-alerta-unicef/>. Acessado em 17/12/2021 as 20:00h.

SANTOS, Jessika Borges Lima; SILVA, Márcio Santana da. Encarceramento feminino: reflexões acerca do abandono afetivo e fatores associados. *Rev. psicol. polít.* [online]. 2019, vol.19, n.46 [citado 2021-12-23], pp. 459-474. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300007&lng=pt&nrm=iso. ISSN 2175-1390.

SANTOS, B. R. M; e REZENDE, V.A. Sistema carcerário feminino: uma análise das políticas públicas de segurança com base em um estudo local. *Cadernos*

EBAPE.BR [online]. 2020, v. 18, n. 3 [Acessado 23 Dezembro 2021], pp. 583-594. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1679-395120190034>>

SANTOS, Camila da Silva Corrêa dos. Transexuais encarcerados: dignidade da pessoa humana e a dupla penalização de transexuais privados de liberdade. *Legis*, v. 12, N. 11, 2019, p. 1-15. Disponível em: [file:///C:/Users/POTI/Downloads/442-Texto%20do%20artigo-1134-1-10-20191023%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/POTI/Downloads/442-Texto%20do%20artigo-1134-1-10-20191023%20(1).pdf)

STRATHERN, Marylin. *O efeito etnográfico*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

SCHMID, Patrícia Cavalcanti. Saúde mental e restrição de liberdade: relato de experiência como médica psiquiatra em centro de detenção de refugiados. *Saúde em Debate [online]*. v. 43, n. 121, p. 626-635, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104201912126>>. Epub 05 Ago 2019. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912126>.

SANTOS, Márcia Vieira dos *et al.* Mental health of incarcerated in the State of Rio de Janeiro. *Texto & Contexto - Enfermagem [online]*. v. 26, n. 02, p. 1-20, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-07072017005980015>>.